COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.454, DE 2008

“Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros de Pessoal da Justiça Militar da União”.

Autor: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Relator: Deputado JOSÉ GENOÍNO

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe cria, nos Quadros de Pessoal da Justiça Militar da União, 119 cargos de analista judiciário, 13 cargos de técnico judiciário, 11 cargos em comissão e 28 funções comissionadas. As despesas decorrentes dessa criação correrão à conta de dotações consignadas à Justiça Militar da União no Orçamento federal, observadas as disposições do art. 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Em longa justificação, o Tribunal Superior Militar destaca que os quadros da Justiça Militar são ainda basicamente aqueles estruturados em 1980, grandemente dependente de servidores militares cuja requisição torna-se cada vez mais reduzida, o que seria incompatível com as modernas técnicas gerenciais patrocinadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Este, por sua vez, reconhece a necessidade da criação de novos cargos, haja vista a devolução dos citados servidores militares cedidos.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela adequação orçamentária e financeira pela Comissão de Finanças e Tributação.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União, sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa reservada ao Superior Tribunal Militar (CF, art. 96, II, b). Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 3.454, de 2008.

Sala da Comissão, em, 22 de outubro de 2009.

Deputado JOSÉ GENOÍNO
Relator